



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)  
*Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*  
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)  
ISBN 978-989-95500-1-8

---

## A ecolinguística entre as ciências da linguagem

RUI RAMOS

*Universidade do Minho* ~ rramos@iec.uminho.pt



### Resumo:

O presente estudo pretende apontar alguns dos traços caracterizadores daquilo que vários investigadores referem como um novo “ramo da Linguística”, uma nova forma de entender a estrutura das línguas e as manifestações discursivas dos sujeitos falantes: a Ecolinguística.

Tal como foi inicialmente entendido, o conceito de Ecolinguística integra uma metáfora, associando a linguagem / a(s) língua(s) e o ambiente, que corresponde a um contexto, social e natural, em parte psicológico e em parte sociológico. Este conceito será basilar para a Ecologia da Linguagem / da(a) Língua(s), surgida nos anos 70 do século XX e perdurará em abordagens ulteriores, ainda que ganhe novos contornos e cambiantes.

Contudo, não é especificamente esta orientação dos estudos que este texto focaliza, detendo-se mais prolongadamente na consideração dos objectivos e das fronteiras da Ecolinguística e da Ecolinguística Crítica dos anos 90 do século passado, de alguma forma herdeiras das abordagens das décadas anteriores, ainda que com novos rumos investigativos, novas práticas e novos objectos concretos. Em ambos os casos, tratar-se-á da adopção de um conjunto de princípios teóricos e do recurso a instrumentos de análise que privilegiam a materialidade linguística, pretendendo descrevê-la e interpretá-la, e não somente fazer a hermenêutica dos textos / discursos, mas importa identificar e discutir semelhanças e diferenças de postura (e de instrumentos e objectivos) que caracterizam as abordagens mais “neutras” ou mais “críticas”. Estas semelhanças e diferenças não são alheias às que unem e dividem “analistas do discurso” e “analistas críticos do discurso”, apresentando tais variações tópicos de interesse para a discussão sobre as fronteiras do estudo dos produtos discursivos, tal com é entendido por investigadores de ciências sociais e humanas diversas.

O estudo aponta um conjunto de textos ilustrativos do estado das pesquisas na área, caracterizadores de modos de entender e agir marcadamente clivados, capazes de constituir-se como objecto de reflexão e discussão sobre o lugar de cada investigador neste campo científico, sobre o papel da língua na modelação do mundo e sobre a neutralidade possível do cientista face ao seu objecto de estudo.

### Palavras-chave:

Discurso, ecolinguística, ecolinguística crítica, ecoliteracia.

---

### 1. A emergência da Ecologia da Linguagem / da(s) Língua(s)

Data dos anos 70 do século passado a adopção, por investigadores que se ocupavam essencialmente com a problemática das línguas em contacto, do que consideraram uma nova forma de se posicionarem no plano teórico e de empregarem instrumentos e métodos de trabalho parcialmente distintos dos que vinham sendo utilizados. Neste processo, há assinalar a contribuição fundadora de Einar Haugen. No seu famoso «The Ecology of Language», apresentado numa

conferência em 1970 e publicado em 1972, o autor defende que «language ecology may be defined as the study of interactions between any given language and its environment» (2001 (1972): 57). O “ambiente” não deve confundir-se, nesta definição, com o mundo material para o qual determinada língua constitui um repertório de nomes e regras de combinação. Para Haugen, o verdadeiro ambiente de uma língua é a sociedade que a utiliza como um dos seus códigos de comunicação. O autor configura, assim, um ambiente, ou um contexto, social e natural, em parte psicológico (no que concerne à interacção da língua materna de cada falante bilingue ou multilingue com os outros códigos linguísticos presentes na sua mente) e em parte sociológico (no que concerne à interacção da língua com a sociedade na qual funciona como meio de comunicação).

A metáfora empregada por Haugen na designação «Ecology of Language» encontra o seu fundamento em algumas ideias-chave contemporâneas das Ciências da Vida. Estas vêm assinalando com relevo a organização dos seres vivos em redes de equilíbrio dinâmico e não em estruturas hierárquicas lineares, onde se promovem interacções num todo que decorre da existência de cada indivíduo, sofrendo modificações pela acção de cada um deles, mas fazendo reverter essa acção (ou consequências dela) sobre o próprio agente, num circuito de acção-retroacção completo. Além disso, a consideração das estruturas em rede exige que o estudo de cada elemento de um ecossistema seja feito com uma visão minimamente completa de todo o ecossistema, não como conjunto de partes dissociadas entre si, mas numa perspectiva holística, integrada.

Analogamente, Haugen defende a aplicação dos princípios de consideração das interrelações dos indivíduos entre si e destes com o seu meio natural, de abertura aos contextos de uso da(s) língua(s) e de diversidade de formas de conceptualização e de expressão verbal ao estudo das línguas, em particular à questão da diversidade linguística, ao desaparecimento de línguas e à relação entre linguagem e ambiente (com as suas implicações de poluição, desaparecimento de espécies e degradação ambiental). O seu texto constitui, desta forma, uma espécie de *termo a quo*, que definiu uma nova abordagem de questões linguísticas onde a Ecologia representava, a níveis diversificados, papel basilar.

Esta abordagem assume claramente um papel interventivo e não somente descritivo dos estados de coisas. A. Fill referirá, num texto apresentado em 1999:

*As we approach 2000, language ecology of the Haugenian tradition more and more concerns itself with the situation of many of the world's languages, which parallels that of many species of animals and plants, i. e., **the danger of becoming extinct!** The ecology of language(s) thus merges with the movement for the salvation of endangered languages, which is gaining strength as the turn of the century approaches (2000: 163).*

Fica assim bem claro um vector interventivo nesta abordagem, uma intenção de salvar do desaparecimento línguas ameaçadas de extinção. Contudo, há que assumir que, por melhores que sejam as intenções, as línguas não se salvam pela simples edição de estudos: salvam-se se forem faladas por comunidades sustentáveis, que lhes reconheçam adequação. Se tal não acontecer, por mais estudos que os académicos desenvolvam, as línguas deixarão de existir.

## 2. A Ecolinguística<sup>1</sup>

Um segundo marco de referência do tema é estabelecido por Michael Halliday, em 1990, num congresso da Associação Internacional de Linguística Aplicada (AILA) em Tessalónica, com a conferência «New Ways of Meaning. The Challenge to Applied Linguistics» (publicada no mesmo ano

<sup>1</sup> Neste campo, e em geral sobre o discurso do ambiente em Portugal, há a referir os estudos de Ferreira (2003, 2003a, 2005) e de Ramos (2001, 2004, 2004a, 2005, 2006, 2007).

no *Journal of Applied Linguistics*). O autor evocou a existência de um laço de interação entre língua e ambiente, ao sugerir aos especialistas em Linguística Aplicada uma particular atenção ao papel da língua no desenvolvimento dos problemas ambientais.

Depois de apresentar dois pontos de vista antagónicos sobre a relação entre a linguagem verbal e a realidade extra-linguística, Halliday adopta o construtivismo linguístico<sup>2</sup>, que considera que a linguagem não reflecte passivamente a realidade, mas a cria activamente:

*the categories and concepts of our material experience are not 'given' to us prior to their expression in language. Rather, they are construed by language, at the intersection of the material with the symbolic. Grammar, in the sense of the syntax and vocabulary of a natural language, is thus a theory of human experience. It is also a principle of social action*

(Halliday, M. A. K., 2001 (1990): 179).

Portanto, para o linguista, a linguagem tem o poder de modelar a nossa consciência, e fornece a cada indivíduo a teoria que subjaz à sua interpretação e manipulação das coisas e dos seus estados. Halliday não encara a língua como uma nomenclatura, disponível para a etiquetagem de realidades pré-existentes, mas concebe-a como forma de perspectivar e construir segmentos significativos do real. Em rigor, não são exactamente as realidades que são construídas, mas percepções ou perspectivas da realidade, ou aspectos da realidade aos quais a língua dá acesso. O exemplo “efeito de estufa”, lexia comumente utilizada no discurso sobre o ambiente, mostra que as realidades são construídas, tornam-se disponíveis à percepção humana por meios linguísticos. Não poderá sustentar-se que *a temperatura média da atmosfera está a aquecer essencialmente por acção dos gases provenientes da queima de combustíveis fósseis* **porque** há uma expressão linguística para descrever este estado de coisas, mas que a escolha de determinada designação enquadra, suprime ou focaliza determinadas facetas dos problemas, moldando-os à percepção humana. Depois de estabelecido como realidade linguística, o novo item pode desempenhar o seu papel na cadeia de eventos da poluição atmosférica. Trata-se não de um rótulo para um estado de coisas, não de uma descrição, mas de um constructo linguístico. Levou à tomada de determinadas atitudes e práticas que podem (ou não) levar a um melhor entendimento dos processos ecológicos.

Halliday afirma ainda que a linguagem, como parte da realidade, modeladora da realidade e metáfora da realidade, participa no desenho dos processos históricos das sociedades e adopta uma posição crítica face aos usos de que a língua (neste caso, o Inglês) vem sofrendo. Contudo, enfatiza sobretudo as modificações que o sistema da língua apresenta, o que, implicitamente, corresponde à aceitação de que aquilo que se manifesta em discurso intervém no desenho interno da língua. Manifesta a convicção de que há variedades prestigiadas do Inglês, marcadas pela nominalização e pela metaforização (apresenta vários exemplos destes mecanismos como característicos destas variedades) que se tornaram disfuncionais e mesmo ao serviço de ideologias anti-democráticas, pelo menos sob certos pontos de vista, e em particular quando se verifica certas deslocações de variedades ou registos dos seus contextos originais (em particular, técnicos e científicos) para contextos de uso comum.

A sua posição crítica manifesta-se igualmente na denúncia de uma apologia irreflectida do crescimento, o que apresenta visíveis laços com as preocupações ambientais actuais. Denuncia o discurso social (em particular, o dos *media*) que afirma que «growth is good. Many is better than few, more is better than less, big is better than small, grow is better than shrink, up is better than down.

---

<sup>2</sup> Coupland, N e Coupland, J. sublinham também que «language is the medium through which ecological knowledge is fabricated, developed, transmitted and understood» (1997: 7) e Fill refere o «“ecoconstructivism” of language», que explica como «the way language construes the world in the ontological domain of life in an environment» (2002: 15).

Gross National Products must go up, standards of living must rise, productivity must increase» (idem, *ibidem*: 192)<sup>3</sup>.

Para o linguista, esta visão dos estados de coisas não é sustentável, na medida em que induz a uma exploração irreflectida e exagerada dos recursos naturais, das energias fósseis, da água potável, dos solos aráveis, etc. Contudo, sem contrariar completamente esta posição, há que esclarecer que uma adaptação destas críticas à língua portuguesa não recolhe a mesma pertinência: por exemplo, se em Inglês a pergunta é «How big is your house?», em Português a formulação prototípica será «Qual é o tamanho da tua casa?», o que se mostra menos marcado do que a correspondente versão inglesa. Significará este facto que os falantes de Português são mais “ecológicos” ou têm uma atitude tendencialmente mais sustentável, neste aspecto em particular, do que os anglófonos? Esta parece ser uma posição difícil de comprovar, hoje, no uso concreto e quotidiano da língua.

Halliday refere com pertinência um aspecto importante da percepção dos fenómenos naturais e sociais, afirmando que os seres humanos parecem estar bem preparados para lidar com mudanças repentinas e / ou catastróficas, mas mal preparados para enfrentar mudanças lentas e progressivas, as “slow motion crisis” (idem, *ibidem*: 192). Esta é uma constatação alargável a outros seres vivos. Faz parte do argumentário ambiental reproduzir a imagem do sapo que se coloca numa panela em água quente, e que salta de imediato, tentando salvar-se, mas que se deixa cozer lentamente se for colocado numa panela de água fria que vai sendo gradualmente aquecida até ferver. Esta constatação, que remete para o fenómeno de naturalização progressiva dos estados de coisas, significa que poderá impor-se, porque muito necessária, uma alteração na forma como os indivíduos percebem o mundo – portanto, também na forma como agem linguisticamente sobre o mundo, como o configuram pela palavra.

Esquemáticamente, o autor defende que:

- a) nas línguas ocidentais, os recursos naturais são configurados como nomes não contáveis (“a água”, “a energia”, “o ar”, etc.), o que sugere o seu carácter inesgotável e se opõe a usos racionais;
- b) nos pares de contrários ou de complementares, como grande / pequeno, alto / baixo ou rápido / lento, o termo que recebe a conotação neutra ou positiva é o que se associa à lógica do crescimento, do consumo e da utilização mais intensa dos recursos;
- c) estas línguas apresentam alguma resistência em aceitar agentes não humanos e «the only environment where inanimates regularly figure as agents in catastrophic contexts, where (at least if they are big enough) they can become Actor in a process of the ‘destroy’ subcategory of material processes» (idem, *ibidem*: 194);
- d) a posição de relevo atribuída pela língua ao homem é manifestada, em Inglês, pelo sistema pronominal (“he / she” normalmente para entidades conscientes, “it” para entidades não conscientes), o que resulta na inaceitabilidade de muitas construções para animais e plantas, contrariando, como Halliday lembra, a hipótese de Gaia, que concebe a Terra como um ser consciente. Naturalmente, esta dicotomia fundada sobre a diferenciação realizada pelo sistema pronominal não é passível de ser transposta directamente para as línguas românicas, mas a teoria enunciativa desenvolvida por Benveniste (1976) mostra que a terceira pessoa, designada não-pessoa, é a que serve a predicação de não-humanos, estabelecendo assim, igualmente, alguma diferenciação entre os seres falantes e os outros seres do mundo. Contudo, poderá dizer-se que essa é uma construção humana fundada em

<sup>3</sup> Cf.: Gerbig (2002) para um exemplo de análise de um *corpus* de imprensa que retoma explicitamente a crítica da apologia irreflectida do crescimento e da força e rejeita qualquer leitura alternativa das coisas e seus estados.

algum tipo de antropocentrismo? Parece difícil poder escapar a este traço fundador do sujeito falante, que o separa do resto dos seres.

Halliday afirma nesta data aquilo que, mais de década e meia decorrida, se apresenta crescentemente ancorado nos dados existentes: o homem enfrenta o risco de destruição de todo o planeta enquanto espaço habitável. Para o linguista, este não é um assunto exclusivamente político, social ou pessoal, de intervenção comunitária ou outra; trata-se também de uma questão linguística, na medida em que o assunto é passível de se constituir como objecto de estudo linguístico, como espaço / tópico de (des)construção da realidade através da língua / do discurso, nomeadamente porque as ideologias do crescimento e do classismo são duas ameaças linguisticamente construídas.

Parece, assim, poder identificar-se nas tomadas de posição de Halliday uma atitude interventiva, crítica (num sentido que enfatiza os implícitos pragmáticos de sugestão / injunção da crítica, orientando-se para a reparação e mudança de atitude e de acção).

O autor encerra o seu texto elencando alguns tópicos que os linguistas podem e devem considerar: «classism, growthism, destruction of species, pollution and the like – are not just problems for the biologists and physicists. They are problems for the applied linguistic community as well» (idem, *ibidem*: 199).

Esta é uma atitude característica de uma linha de desenvolvimento da Ecolinguística moderna: a consideração da Ecologia no seu sentido biológico e a investigação do papel da língua no desenvolvimento ou no agravamento dos problemas ecológicos, incorporando esta investigação um vector de busca de possíveis soluções para o problema. Trata-se igualmente de uma manifestação da visão holística das coisas e dos seus estados e a ligação íntima entre língua e mundo, a consideração de um sistema global no qual a alteração de uma parte interfere necessariamente no todo, no qual cada mudança no mundo tem efeitos na linguagem e esta tem repercussões no mundo. Tal entendimento das coisas é desta forma manifestado por Harré e outros: «we would wish to argue (...) that an understanding of environmental phenomena can be greatly enhanced by investigating the nature and uses of one of the main tools employed in exploring environmental matters: Language» (Harré, R. *et al.*, 1999: ix).

Nesta definição de um rumo para uma abordagem linguística específica, o artigo de Halliday referenciado constituiu um marco fundamental.

Tal é confirmado por Fill (2001 (1998)), que aponta os textos de referência de Haugen (2001 (1972)) e de Halliday (2001 (1990)) da seguinte forma:

*These two talks were “seminal” in the sense that they triggered two approaches to ecolinguistics which can be associated with the two authors mentioned:*

*(1) “ecology” is understood metaphorically and transferred to ‘language(s) in an environment’ (Haugen 1972).*

*(2) “ecology” is understood in its biological sense; the role of language in the development and aggravation of environmental (and other societal) problems is investigated, linguistic research is advocated as a factor in their possible solution (Fill, A., 2001 (1998): 43).*

Para Fill (2001 (1998)), estas duas abordagens não são mutuamente exclusivas, mas complementares. Num outro artigo, publicado em 2002, este autor estabelecerá um paralelo entre a Ecolinguística e a Natureza usando a imagem da ponte que une duas margens, mantendo-as afastadas e distintas, mas estabelecendo uma ligação que permite o movimento nos dois sentidos: afirmará que alguns ecolinguistas partem do lado da Ecologia e transferem os princípios ecológicos para a língua, enquanto outros partem do lado oposto e levam a Linguística à Ecologia:

*Einar Haugen (...) started at the ecology side and transferred the principle of interaction in an environment to the language side (...), the environment being both the other languages and the social and psychological surroundings of the language.*

*Those linguists who, in contrast to this, start at the language end are interested in how language deals with ecological problems and the environment (Fill, A., 2002: 17).*

Note-se que, neste caso, a ênfase tantas vezes encontrada na vertente militante da Ecolinguística, empenhada na tentativa de resolução dos problemas ambientais, está ausente – facto que faz divergir parcialmente esta posição da de Halliday.

Contudo, outros linguistas, como Coupland, N. e Coupland, J, não partilham por completo a visão de Fill; numa publicação conjunta de 1997, afirmam que «there is as yet no consensus on how the term “ecolinguistics” should be applied» (1997: 7) e, assim, sugerem que a designação seria apropriada a uma perspectiva crítica que abordaria as dimensões semânticas das expressões usadas para representar linguisticamente o ambiente natural, assim como as práticas e políticas com ele relacionadas.

### 3. Ecolinguística crítica

É possível identificar duas concepções e dois exercícios da Ecolinguística paralelos: um tendencialmente isento, fortemente preocupado com a descrição tão desapassionada quanto possível, buscando o afastamento do investigador face ao seu objecto; e outro assumidamente empenhado, menorizando mesmo a análise e a descrição científicas perante o desejo de intervenção.

Ambas as perspectivas se opõem a uma concepção imanentista do estudo do sistema linguístico, considerando as dimensões discursivas como fundamentais para a descrição do seu objecto. No que respeita à abordagem crítica, pode afirmar-se que a comparação entre ecologia biológica e língua é apresentada nos termos seguintes: «in the same way as the creativity of life is threatened by our current treatment of nature, the creativity of language is endangered by our present use of it» (Fill, A., 2001 (1998): 45).

Um exemplo bem ilustrativo desta abordagem pode ser encontrado num texto de Beth Schultz. Em «Language and the Natural Environment», a autora começa por lembrar que as palavras não têm um valor fixo, mas «are more like kaleidoscopes, shifting in shape and colour as they are tilted and turned, whether deliberately or not» (Schultz, B., 2001 (1992): 109). E considera que os “utilizadores comerciais do ambiente” manipulam a língua para atingirem os seus interesses, moldando-a de acordo com a sua vontade. O que não é, do seu ponto de vista, surpreendente.

Mas aqueles que se manifestam mais empenhados na defesa do ambiente também usam a linguagem da exploração e, mesmo se esse uso transparente é tornado visível a seus olhos, não parece haver, na opinião da autora e segundo a sua experiência, grande abertura para a mudança. Atribui tal facto ao não reconhecimento da linguagem como um instrumento de poder, ou o que designa como «powerful force that shapes people’s and society’s opinions, attitudes and, ultimately, behaviour» (idem, ibidem). E acrescenta: «Many conservationists appear to be deaf to the potent messages of language and blind to its ability to influence people and society» (idem, ibidem). Aponta três dispositivos linguísticos presentes no uso comercial do ambiente: o uso aparentemente neutro de palavras e expressões que uma análise mais profunda dá a ver como deslocadas; o uso de eufemismos; o uso de disfemismos (expressões pejorativas).

A atitude empenhada da autora é claramente assumida no artigo: mais do que descrever, de forma neutra, desapassionada e isenta, uma situação de uso da língua, reconhecendo o poder da palavra na interpretação / construção do real, propõe determinadas opções linguísticas alternativas (algumas das quais lista no fim do seu artigo), afirmando que o faz «in order to help achieve the shift in attitudes and behaviour that is essential if society is to become sustainable (...). We must be careful

about the language we ourselves use and we should encourage others to do the same» (idem, *ibidem*: 113).

Outra das posições que parecem mais salientes no quadro da abordagem crítica é a do ecofeminismo<sup>4</sup>; e um texto que ocorre como ilustrativo de uma das suas interpretações é o de Tzaporah Berman (2001 (1994)). A autora inicia o seu artigo apresentando-se, declarando-se como mulher branca, ecofeminista e activista ecológica e afirmando a sua subjectividade («I do not believe in objectivity, even my own» (Berman, T., 2001 (1994): 259)); redige o seu texto usando a primeira pessoa, declarando abertamente que não poderá nem tentará separar as suas emoções da sua análise. Esta postura surge em primeiro lugar entre as linhas de força metodológicas para a investigação feminista, tal como Mies e Shiva as enunciam: «o postulado de *livre investigação do valor*, de neutralidade e indiferença para com os objectos de investigação, tem de ser substituído por *parcialidade consciente*, o que será alcançado através de uma identificação parcial com os objectos de investigação» (1997: 55). Naturalmente, distinguem “parcialidade consciente” de mera subjectividade ou simples empatia, mas esta atitude não deixa de ser frontalmente criticada por outros investigadores.

Abre o seu artigo com a afirmação da língua como entidade mediadora entre o homem e as coisas. Acrescenta, porém, a opinião de algumas feministas – e um dos tópicos de definição do ecofeminismo – segundo as quais a realidade actual é feita à imagem do homem (mas não da mulher) e que a língua é um “microcosmos político” que sustenta e reproduz relações de poder dominantes. A dominação das mulheres e a exploração da Natureza seriam estruturadas, assim, através de uma visão do mundo marcadamente androcêntrica, manifestada por / construída sobre uma linguagem patriarcal. Encara a linguagem com um artefacto cultural inventado pelos humanos no interesse do paradigma masculino dominante, afastando-se da concepção da língua como algo de íntimo ao homem, definidor da sua própria humanidade.

A autora reconhece as cambiantes que o ecofeminismo apresenta, as suas divergentes linhas de desenvolvimento e algumas diferenças de princípios teóricos. Mas afirma que há um acordo geral acerca do facto de a base do feminismo ecológico ser um reconhecimento da conexão forte entre a opressão das mulheres e o domínio sobre a Natureza nas sociedades patriarcais – naturalmente, tendo como agente o homem.

Tal como outras feministas radicais, critica o antropocentrismo, que descreve como uma visão do mundo centrada no homem e que encara os animais, as plantas e os sistemas naturais como objectos para uso humano. Contudo, no que diz respeito à linguagem, faz coincidir antropocentrismo e androcentrismo, afirmando que é dos homens a responsabilidade da criação de imagens culturais promotoras da separação entre homens e mulheres e a universalização da experiência masculina, sendo as mulheres alheias ao processo de “distorção” da realidade:

*Both women and Nature become objects for man's use. As mothers our identity is constructed through a role of care-giver, as wives we take on our husband's name (a tradition which stems from a time when women were overtly treated as objects through the legal system), as prostitutes we become sex-objects and in the natural world animals are meat, experimental objects or prisoners in a freak show, while plants, trees and minerals become dollars. This objectification stems from the internalisation of hierarchy and dualistic assumptions prevalent in Western society (idem, *ibidem*: 261).*

---

<sup>4</sup> O movimento ecofeminista terá surgido na década de 70 do século XX, mas o termo foi registado pela primeira vez numa obra de 1974 de Françoise d'Eaubonne. Contudo, a “ecologia social” dos anos 60 manifestava já conexões entre o domínio da Natureza e o dos indivíduos, englobando a questão da construção hierárquica das relações de género, abrindo possibilidades de reconhecimento de proximidade e paralelismo entre visões ecológicas e visões feministas.

Contudo, este desenho tão determinista dos estados de coisas tem também os seus opositores, que defendem, por exemplo, que a polaridade nunca foi completamente dominante nas concepções ocidentais do género, ou que a associação entre a mulher e a Natureza nem sempre foi um factor de enfraquecimento, mas de reforço do poder.

A autora defende que as categorias de género são socialmente construídas (o que é coerente com a sua concepção da língua como mediadora entre os indivíduos e os objectos do mundo) mas, contrariamente aos teóricos do ambientalismo, que apontam com frequência a tendência para a antropomorfização das categorias não humanas, sublinha a existência de uma tendência para a andromorfização. Refere que, «when we name the Earth as our mother we bring with the name our associations of motherhood and within patriarchal society our devaluation of mothering, of “women’s work”, and the private sphere» (idem, *ibidem*: 262). Personificando a Terra em Mãe, perpetua-se a ideia da eterna dádiva, inexaurível e sem retorno, da Natureza ao homem.

Um outro mecanismo desfavorável à concepção da Natureza como entidade de plenos direitos é aquele que a investigadora designa como o “referente ausente” e que apelida de “categoria social arbitrária” construída na língua. Os animais, por exemplo, são tornados ausentes através de um processo linguístico que atribui outras designações aos seus corpos mortos antes de os consumidores iniciarem a acção de os preparar e comer: «from pig, to corpse, to meat, to ham: violence is absent, death is absent and the pig has become an object for consumption» (idem, *ibidem*: 264). Assim, o conceito de crueldade para com os animais, socialmente reprovado (pelo menos, em relação àqueles que consideramos “de companhia” ou pelos quais manifestamos alguma simpatia ou ternura), concretizado na criação industrial e no abate em grande escala, é ocultado aos olhos dos indivíduos.

Berman acrescenta que o uso do “referente ausente” pode ser identificado em muitas estruturas metafóricas que associam os animais e as mulheres: «women have been referred to as cows, dogs, bitches, beavers, bunnies and finally “pieces of meat”. What is absent in these sayings is the woman herself and the violence that underlies these derogatory terms» (idem, *ibidem*). E o recurso a estruturas de “referente ausente” surge, por exemplo, na descrição do acto de violação, nomeadamente quando se verifica o emprego de organizações frásicas passivas, branqueando as implicações fortemente negativas do acto. Para a investigadora, os animais e as mulheres são quem melhor incorpora o papel de “referente ausente”, seja no caso de afastar os animais da mesa do jantar (só lá permitindo a presença da “carne”), seja no afastamento das mulheres da vida política. Naturalmente, não especifica que os animais estão tão ausentes da mesa do homem como da da mulher e que a mesma língua, com as mesmas estruturas, é usada quase indiscriminadamente por homens e mulheres. E o exemplo da expressão “violência doméstica”, que apresenta para ilustrar a ausência da vítima, não tem sempre os mesmos actantes nos mesmos papéis, assim como o próprio conceito de “violência” não se restringe ao uso da força física.

É na associação da Natureza com a mulher que Berman entende a metáfora da “violação da Natureza”. Afirma que se trata de um uso metafórico da linguagem, e que a essência da metáfora corresponde à interpretação de uma experiência (nova) em função de outra (conhecida) – o que gera graves implicações, se a violação metafórica da Natureza se alicerça na “normalização” da violação da mulher. Assim, segundo a investigadora, quando o lexema “violação” é usado metaforicamente, a experiência das mulheres torna-se uma metáfora aceitável, assumindo estas o papel de “referente ausente”.

Esta ideia pode ser reforçada pelo uso da expressão “floresta virgem”, que remete para uma realidade não dominada pelo homem. A partir do momento em que há uma exploração humana, um domínio humano, a floresta deixa de ser “virgem”, o que é visivelmente paralelo a uma certa forma de entender a relação homem – mulher, defende a autora.



Berman conclui que o processo linguístico de “nomear” os fenómenos sociais reflecte a forma como a sociedade os concebe e como os gere e que, portanto, a Natureza não é *o que* se vê, mas *como* se vê. Manifesta a necessidade de criar e empregar novas metáforas e novos dialectos para representar a Natureza e o nosso relacionamento com o mundo natural.

Numa análise crítica do artigo e das posições desta investigadora, parece ser fácil concordar com várias das descrições que faz dos factos linguísticos. Contudo, as conclusões que apresenta surgem forçadas, em particular porque encara somente determinadas facetas desses factos e porque parece forçar interpretações para além de limites aceitáveis.

Além disso, invoca demasiadas vezes pretensas características das línguas da civilização ocidental para apresentar situações concretas que dizem respeito à língua inglesa, e não a outras, como o Português – é o caso da metáfora “violar a Natureza”. Não se poderia ver nesta atitude uma manifestação de imperialismo linguístico ou, na linha da Ecologia das Línguas, um passo mais no apoio à extinção das línguas sob a centralidade e, mesmo, o monopólio do Inglês?

Note-se, ainda, que, apesar de evocar aspectos do uso, a sua análise se centra em dimensões da semântica formal, considerando somente realizações lexicais mais ou menos descontextualizadas, relativamente idealizadas, e esquecendo por completo a incidência do discurso na definição do sentido, i. e., o papel do todo de sentido na definição de cada elemento discreto da construção discursiva. Finalmente, deve dizer-se que a associação da mulher e da Natureza é algo estranha, na medida em que as mulheres são seres activos no devir linguístico e social (ainda que se possa concordar que o seu papel não tem o mesmo reconhecimento e poder que o do homem), que são utilizadoras intervenientes do sistema linguístico e do desenho das relações sociais, enquanto a Natureza, essa sim, tem reservado o papel de parceiro silencioso (pelo menos, a curto e médio prazo e em termos perceptíveis para a experiência vital humana).

#### 4. Crítica da ecolinguística

Opõem-se a este entendimento das coisas e a este posicionamento teórico vários ecolinguistas. Aponta-se aqui essencialmente as críticas de Jung (2001 (1996)). Para este autor, a Ecolinguística deve privilegiar como objecto “discursos públicos dominantes”, textos / discursos nos quais a relação entre o homem e o ambiente natural é definida publicamente, funcionais na determinação das experiências “em segunda mão” mediadas pelos meios de comunicação social: «social and ecological awarenesses are formed together through public discourse, in which language is not an external and arbitrary means for the transmission of language independent thoughts, but has a strong effect on what is thought and what is transmitted» (Jung, M., 2001 (1996): 271). Estes discursos apresentam relações interdiscursivas com sub-géneros diversos, onde se identificam as gírias técnico-científicas como a da Biologia, da tecnologia ambiental ou da Física Nuclear ou com gírias de grupos específicos como os partidos políticos, os grupos de pressão ou as ONG's (nomeadamente as de ambientalistas). Por outro lado, os discursos públicos dominantes influenciam o discurso, a ideologia e as opiniões de cada indivíduo, agindo transversalmente na sociedade.

Jung aproxima a “eco-crítica” de um certo purismo linguístico, ou de um conservacionismo fundamentado na tradição (apesar de reconhecer, da parte dos críticos, alguns movimentos de afastamento destas posições, pela defesa da criatividade e da dinâmica da língua).

Relativamente à crítica de ideologias, Jung aponta que há a que é feita ao sistema de categorização no seu todo, e a que é feita isolando palavras, por causa do seu significado literal, do seu valor deóntico positivo ou negativo, ou de ambos. Em concreto, critica a denúncia do antropocentrismo, do uso de eufemismos e da manipulação.

Quanto à primeira, lembra que, se o que é criticado é o processo de nomeação / referenciação das coisas do mundo e seus estados, pelo facto de tal processo decorrer de um ponto de ancoragem

exclusivamente humano, se deve ter em conta que toda a manifestação linguística é sempre antropocêntrica. Mesmo uma nova “referenciação ecológica”, que se realizasse do ponto de vista das plantas e dos animais, seria marcada por uma projecção humana, ou teria de ser, em hipótese, “caninocêntrica”, “felinocêntrica”, etc., gerada a partir de outros “centrismos”, não alheando, mas só alterando, a subjectividade que, de facto, caracteriza o processo. As próprias alterações de designação propostas por muitos ambientalistas estão longe de ser uniformes e o que efectivamente propõem é um julgamento moral diferente. Se se alterar a expressão “abate de árvores” para “assassinio de árvores”, por exemplo, não se estará a referenciar uma acção do ponto de vista das árvores, ou da Natureza, porque o “assassinio”, no seu núcleo duro de significação, só é aplicável a actos entre seres humanos e pressupõe valores sociais e consciência moral. Da alteração resultaria uma visão diferente, é certo, talvez não motivada por interesses exclusivamente humanos e imediatos, não marcada pela utilidade material que a Natureza representa no bem-estar humano, recusando o estabelecimento do homem como único ponto de referência, mas continuaria a ser uma visão antropocêntrica da questão. E, pode acrescentar-se, o neologismo só teria impacto durante um período de tempo; depois disso, a metáfora cristalizar-se-ia e veria o seu poder evocativo ser diluído.

Jung distingue dois tipos de antropocentrismo, aos quais chega depois de fazer um exercício de abstracção da inevitabilidade absoluta do antropocentrismo da linguagem humana: um primeiro, a que chama “ingénuo”, decorrente do equipamento bio-sensorial do homem, que leva a que experiencie o mundo à sua volta, definindo-se a si mesmo como o centro de todas as coisas, nos mais diversos sentidos; e um segundo, que designa como “industrial”, centrado numa visão utilitarista da Natureza. Considera que nenhum deles constitui um determinismo, mas podem ser conscientemente transcendidos. Aponta dois outros tópicos a ter em consideração quando se faz a crítica do antropocentrismo da linguagem. No primeiro, lembra que a crítica a qualquer expressão se refere ao momento em que essa expressão foi criada, tendo hoje de ser considerada numa perspectiva histórica. Por exemplo, “pôr do sol” resulta de uma visão geocêntrica do universo, não querendo significar que hoje os indivíduos continuem a acreditar que o sol mergulhe no oceano ou se afunde na terra, para lá do horizonte. No segundo, sublinha que qualquer afirmação sobre o sentido de uma palavra ou expressão e suas redes de sentido constitui uma especulação, na medida em que se trata de uma asserção sobre a competência comunicativa de um falante relativamente ao tema em questão. Poderia acrescentar-se que, frequentemente, a procura do sentido no quadro da crítica ao antropocentrismo da língua se faz com base exclusivamente no núcleo duro de significação dos lexemas, evocando implicitamente a figura de um falante ideal, com uma competência ideal, num sistema ideal, o que se opõe a alguns dos princípios da própria Ecologia Linguística. Se o sentido concreto dos lexemas depende também dos seus contextos discursivos / textuais, entrando em interacção com os outros elementos que corporizam a mensagem linguística, com as expectativas do locutor face a si mesmo, à imagem que pretende fazer passar de si, e do alocutário considerado, do discurso anterior, do universo de referências, etc., ou seja, considerando a ecologia de cada discurso, dificilmente será aceitável evocar sentidos idealizados, produto de uma abstracção que se afasta da realização discursiva efectiva.

Quanto à denúncia do uso de eufemismos, lembra que estes estão normalmente associados ao antropocentrismo e à manipulação. Contudo, os seus contornos exactos não são de fácil definição, e a acusação relativa ao seu uso é, no campo da avaliação ambiental, frequentemente fundamentada em visões conflitantes. Se a crítica dos eufemismos deve partir de uma espécie de “teoria do consenso” sobre a verdade, por forma a que seja pacífico que determinado uso seja tido como eufemístico, assim como se percebe e aceite esse mesmo uso, a problema é evidente. Jung ironiza: «the following consideration must be kept in mind: whoever imputes calculated intention to users and

great manipulatory power to the use of euphemisms excludes any manipulatory effect in himself – only the others are stupid enough not to see the manipulation!» (Jung, M., 2001 (1996): 277).

Finalmente, no que respeita ao exercício da manipulação, Jung concebe-a como uma estratégia consciente e propositada de engano: «if ecological criticism of euphemisms or of terminology is extended to the reproach of calculated language use for certain interests or of state and industry guided control of language and thought I speak of *critique of manipulation*, a critique which always contains a political perspective and implies a moral judgement» (idem, ibidem). A crítica é orientada para “termos manipulatórios” e para a linguagem dos especialistas em geral, cuja gíria intransponível é tomada como uma estratégia para impedir o acesso aos não iniciados e, assim, impedir a discussão democrática.

São três as consequências que o autor faz decorrer das suas considerações:

- a) quanto à metodologia, a ecolinguística deverá desenvolver técnicas de abordagem empíricas e objectivas, devido à susceptibilidade ideológica da consciência linguística individual;
- b) quanto à teoria, deverá ter em consideração o discurso público, enquanto sistema complexo dotado de mecanismos de auto-regulação e influenciado por diversos factores ambientais; teorias de variação linguística monocausais e concepções de determinismo linguístico devem ser afastadas;
- c) quanto às normas éticas, acusações moralizantes de manipulação e eufemização devem ser rejeitadas.

Há ainda a referir, e para concluir este percurso por algumas manifestações pontuais e divergentes da Ecolinguística, a posição de A. Fill. Num texto de 2000, perspectiva o desenvolvimento deste “ramo da Linguística” para além da mudança de milénio, apontando os seus princípios elementares, que enumera e descreve da seguinte forma:

- *recognizing, defending DIVERSITY (the overall principle)*
- *recognizing MUTUAL INTERACTION*
- *perceiving WHOLENESS and UNITY rather than fragmentation*
- The formula “diversity + interaction = wholeness and unity” can be said to summarize ecological thinking (2000: 162).*

Elenca ainda alguns dos tópicos mais relevantes tratados ecolinguistas:

- a diversidade linguística (causas, formas, funções e consequências);
- línguas em risco (documentação e resgate de línguas minoritárias e em risco);
- a relação entre a diversidade biológica e a diversidade linguística / cultural;
- ecocrítica: identificação dos elementos “ecológicos” ou “não-ecológicos” do sistema linguístico; processos de ecologização profunda da língua;
- análise ecocrítica do discurso: textos sobre questões ambientais; ideologias no discurso (apologia do crescimento, antropocentrismo, racismo, sexismo...); processos de ecologização superficial da língua;
- ensino da ecoliteracia (do conhecimento sobre a intercomunicabilidade do mundo); estabelecimento de teorias linguísticas fundamentadas em princípios ecológicos.

Este autor critica claramente o entendimento da questão e as acções de alguns ecolinguistas críticos, anunciando com veemência: «most linguists would agree that making people aware of the anthropocentrism of language is important, they would not, however, want to impose

any kind of censorship on language users. *Ecological language awareness* is the aim, not “ecocorrectness”!» (Fill, 2002: 22).

## 5. Remate

Tal como noutras áreas da Linguística, persistem divergências entre ecolinguistas quanto aos seus objectos, métodos, teorias e objectivos. Tal não espanta nem será particularmente grave: é da discussão que o avanço científico se alimenta. O breve percurso proposto por este texto, tendo recolhido alguns exemplos de posturas diferenciadas, pretende constituir um modesto contributo para essa discussão, sem ambições de apresentar respostas definitivas. Em particular, foi intenção mostrar algumas clivagens significativas entre posturas mais “neutras” e posturas mais “empenhadas”, um dos tópicos controversos transversais no seio das Ciências da Linguagem, também assinalado por Fill: «the question as to whether ecolinguistics should contain a critique of language and language use or should only lead to greater language awareness remains one of the controversial topics in this field» (Fill, A., 2001 (1998): 45).

## 6. Referências bibliográficas

- Benveniste, E. (1976). *O homem na linguagem. Ensaio sobre a instituição do sujeito através da fala e da escrita*, Lisboa: Arcádia
- Berman, T. (2001 (1994)). ‘The Rape of Mother Nature? Women in the Language Of Environmental Discourse’ in Fill, A. & Mühlhäusler, P. (eds.), pp. 258-269
- Coupland, N. & Coupland, J. (1997). ‘Bodies, beaches and burn-times: ‘environmentalism’ and its discursive competitors’, *Discourse and Society*, vol, 8, nº1, pp. 7-25
- Ferreira, A. C. (2003): *As teias de aranha da casa. Uma ecolinguística intercultural (Alemão-Português)*, Coimbra, Faculdade de Letras (Tese de Doutoramento)
- Ferreira, A. C. (2003a): ‘Algumas “colorless (?) green ideas”. Uma introdução à eco-linguística’, in Dellile, K.-H. & Athayde, M. F. (eds.): *Estudos de Linguística Contrastiva e Interdisciplinar (Alemão-Português)*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos – Universidade de Coimbra, pp. 25-46
- Ferreira, A. C. (2005): *Léxico e Estilo do «Desenvolvimento Sustentável» (Alemão / Português)*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos – Universidade de Coimbra
- Fill, A. (2000). ‘Language and Ecology: Ecolinguistic Perspectives for 2000 and Beyond’, in *Proceedings of AILA ‘99*, Tokyo, pp. 162-176
- Fill, A. (2001 (1998)). ‘Ecolinguistics: State of the Art 1998’, in Fill, A. & Mühlhäusler, P. (eds.), pp. 43-53
- Fill, A. (2002). ‘Tensional Arches: Language and Ecology’, in Fill, A., Penz, H. & Trampe, W. (eds.), pp. 15-27
- Fill, A., Penz, H. & Trampe, W. (eds.) (2002). *Colourful Green Ideas. Papers from the Conference ‘30 years of language and ecology’ (Graz, 2000) and the Symposium ‘Sprach und Ökologie’ (Passau, 2001)*, Bern / Berlin / Bruxelles / Frankfurt am Main / New York / Oxford / Wien: Peter Lang
- Gerbig, A. (2002). ‘Repräsentationen ‘grüner’ Wirtschaftspolitik in der britischen und deutschen Presse’, in Fill, A., Penz, H. & Trampe, W. (eds.), pp. 327-340
- Halliday, M. A. K. (2001 (1990)). ‘New Ways of Meaning: The Challenge to Applied Linguistics’ in Fill, A. & Mühlhäusler, P. (eds.), pp. 175-202

- Harré, R., Brockmeier, J. & Mühllhäusler, P. (1999). *Greenspeak. A Study of Environmental Discourse*, Thousand Oaks / London / New Delhi: Sage
- Haugen, E. (2001 (1972)). 'The Ecology of Language', in Fill, A. & Mühllhäusler, P. (eds.), pp. 57-66
- Jung, M. (2001 (1996)). 'Ecological Criticism of Language' in Fill, A. & Mühllhäusler, P. (eds.), pp. 270-285
- Mies, M. & Shiva, V. (1997). *Ecofeminismo*, Lisboa: Instituto Piaget
- Ramos, R. (2001). 'Dimensões do discurso ambientalista nos media: uma abordagem exploratória', in Abreu, L. M. & Miranda, A. J. R. (coord.), *O Discurso em Análise – Actas do 7º Encontro de Estudos Portugueses*, Aveiro: Associação Labor de Estudos Portugueses / Centro de Língua e Culturas da Universidade de Aveiro, pp. 137-159
- Ramos, R. (2004). 'Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso?', in Oliveira, F. & Duarte, I. M. (org.), *Da língua e do discurso*, Porto: Campo das Letras, p. 545-562
- Ramos, R. (2004a). 'Linguística e ambientalismo', in Marques, M. A., Pereira, M. E., Ramos, R. & Ermida, I. (Org.): *Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso. Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*, Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos, pp. 49-62
- Ramos, R. (2005). *Aspectos do discurso do ambientalismo nos media escritos*, Porto: Faculdade de Letras (tese de Doutoramento)
- Ramos, R. (2006). 'Promoção da ecoliteracia - virtualidades e limitações em textos para a infância', in Azevedo, F. (Coord.): *Actas do 2º Congresso Internacional 'Criança, Língua, Imaginário e Texto Literário – Centro e Margens na Literatura para Crianças e Jovens'*, Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança (cd-rom)
- Ramos, R. (2007). 'Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo', *Linguagem em (Dis)Curso*, vol. 7, nº 1, Jan/Abr
- Schultz, B. (2001 (1992)). 'Language and the Natural Environment', in Fill, A. & Mühllhäusler, P. (eds.), pp. 109-114